

MARIA PAULA MENESES
E BRUNO SENA MARTINS
(Org.)

As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais

Alianças secretas, mapas imaginados

Prefácio por Boaventura de Sousa Santos



AS GUERRAS DE LIBERTAÇÃO E OS SONHOS COLONIAIS: ALIANÇAS SECRETAS, MAPAS IMAGINADOS

ORGANIZAÇÃO

Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins

AUTORES

Amélia Neves de Souto | Aniceto Afonso | Bruno Sena Martins | Carlos de Matos Gomes
Catarina Gomes | Celso Braga Rosa | Maria Paula Meneses | Miguel Cardina

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 80 – 3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

??????

Agosto, 2013

DEPÓSITO LEGAL

??????/13

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais:
Alianças Secretas, Mapas Imaginados
Org. Maria Paula Meneses, Bruno Sena Martins (CES)
ISBN 978-972-40-5196-3

I – MENESES, Maria Paula

II – MARTINS, Bruno Sena

CDU 325

355

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	9
<i>Boaventura de Sousa Santos</i>	
INTRODUÇÃO: O <i>Exercício Alcora</i> no jogo das alianças secretas	15
<i>Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins</i>	
Violência, Testemunho e Sociedade: Incómodos e silêncios em torno da memória da ditadura	29
<i>Miguel Cardina</i>	
O Olho do Furação? A África Austral no contexto da Guerra Fria (década de 70)	41
<i>Maria Paula Meneses</i>	
Regressos? Os <i>retornados</i> na (des)colonização portuguesa	59
<i>Maria Paula Meneses e Catarina Gomes</i>	
<i>Exercício Alcora</i> : Um projeto para a África Austral	109
<i>Aniceto Afonso</i>	
A Africanização na Guerra Colonial e as suas Sequelas	
Tropas Locais – Os vilões nos ventos da História	123
<i>Carlos de Matos Gomes</i>	
Relações entre Portugal, África do Sul e Rodésia do Sul e o <i>Exercício ALCORA</i> : Elementos fundamentais na estratégia da condução da guerra – 1960-1974	143
<i>Amélia Neves de Souto</i>	
Estilhaços do <i>Exercício Alcora</i> : O epílogo dos sonhos coloniais	171
<i>Maria Paula Meneses, Celso Braga Rosa e Bruno Sena Martins</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
LISTA DE ACRÓNIMOS	189
NOTA SOBRE OS AUTORES	193

AGRADECIMENTOS

Aos que aceitaram participar no projeto que resultou neste livro, com quem partilhamos saberes e trabalho;

A preciosa colaboração dos colegas que têm trabalhado em vários aspetos deste projeto e que nos apoiaram em múltiplas ocasiões, e, em especial, à Iolanda Vasile e à Carolina Peixoto;

A todos que participaram nos vários encontros públicos de discussão deste tema, pelo importante contributo em informações e ideias que permitiram o enriquecimento do estudo;

Ao Centro de Estudos Sociais que apoiou a realização do Colóquio internacional que está na origem deste livro;

À Natércia Coimbra e, através dela, ao Centro de Documentação 25 de Abril, parceiros deste projeto;

Ao Ministério da Defesa e à Fundação para a Ciência e Tecnologia (fcomp-01-0124-feder-009271/fcomp-01-0124-FEDER-019531/fcomp-01-0124-FEDER-008664), que criaram as condições para a realização do trabalho que esteve na base deste livro;

A todos os arquivos e bibliotecas consultados, pelo apoio dado;

Às associações de militares que nos apoiaram até ao fim, tornando possível que este livro hoje esteja nas suas mãos.

VIOLÊNCIA, TESTEMUNHO E SOCIEDADE: INCÓMODOS E SILÊNCIOS EM TORNO DA MEMÓRIA DA DITADURA

Miguel Cardina

No seu mais recente livro, intitulado *L'Histoire Comme Champ de Bataille* (2011), Enzo Traverso efetua uma reflexão sobre a 'Europa e as suas memórias'. O historiador italiano radicado em França evidencia aí como o olhar retrospectivo sobre um século XX feito de guerras, totalitarismos e genocídios proporcionou a emergência de uma nova figura: a figura da vítima. 'Discretas e púdicas', as vítimas correspondem pois a uma 'nova sensibilidade' num tempo em que a dimensão ontológica do futuro aparece como substancialmente rasurada – o tempo do 'presente contínuo' para Eric Hobsbawm (1995: 15) ou do 'presentismo' para François Hartog (2003). Tantas vezes esquecidas nos períodos imediatamente a seguir aos grandes episódios de violência que povoaram o século passado, as vítimas transportam hoje consigo uma espécie de autoevidência que – na sua busca de retirar do silêncio estas franjas de vencidos – constrói leituras do passado que recolocam na sombra outras memórias. Recorrendo às palavras de Enzo Traverso, atualmente vivemos num tempo onde

a memória do Gulag se sobrepõe à memória das revoluções, a memória do Holocausto substitui a memória do antifascismo, a memória da escravatura substitui a memória do anticolonialismo. Tudo se passa como se a lembrança das vítimas não pudesse coexistir com os seus combates, as suas conquistas, as suas derrotas (2011: 265).

Seguindo esta leitura, poderíamos dizer que boa parte dos discursos sobre as vítimas não as consideram apenas como homens e mulheres sujeitos à dor, à perda, à morte, ao exílio ou ao terror; foram homens e mulheres sujeitos à dor, à perda, à morte, ao exílio ou ao terror, mas vistos como tendo sofrido tudo isso de maneira inocente e exterior aos mecanismos produtores de violência. A muitos foi precisamente isso que aconteceu – sobretudo nos processos massivos de repressão. Mas outros, como lembra a citação de Traverso, foram

vítimas precisamente porque resistiram aos poderes instituídos com a plena consciência das consequências que poderiam advir dessa escolha. De facto, a percepção disso é fundamental para se conseguir captar o modo como percursos individuais, utopias políticas e formas repressivas se entrelaçaram problemáticamente no nosso passado recente.

A título ilustrativo, recordo o modo como vários antigos presos africanos no Tarrafal relatam a sua experiência no filme *Tarrafal. Memórias do Campo da Morte Lenta* (2010), de Diana Andringa. Num dos excertos mais emocionantes, o cabo-verdiano Jaime Schofield diz o seguinte:

Homenagear os presos não tem de ser essa coisa triste, pesada. Também é, houve tristeza, aviltamento, sofrimento. Mas isso não é o mais importante. O mais importante não é eles tentarem-nos matar; o importante é a recusa à morte lenta. No Tarrafal reinventámos a vida. Sempre.

O facto do excerto de Jaime Schofield priorizar a resistência em detrimento da repressão – ou seja, a capacidade de reinventar a vida quando a morte era uma ameaça constante – permite-nos uma outra leitura do conceito de ‘preso político’ que se afasta da ideia generalizada do preso como ‘vítima’. Em sentido etimológico, *victus*, a vítima, é aquela que está vencida, dominada. É aquela ou aquele que sofre uma agressão externa, que é objeto de um ato cuja dinâmica não controla ou que dificilmente prevê. Que é, portanto, inocente, despotenciado e passivo.¹ No entanto, e como nos mostra o filme, mesmo num ambiente concentracionário como era o Campo de Chão Bom, no Tarrafal, as vítimas não só sabiam porque ali estavam como se reconstruíam constantemente enquanto lutadores independentistas em pequenos gestos do quotidiano, nas chamadas ‘palestras’ políticas que limitadamente faziam, nas afrontas possíveis e por vezes mínimas ao poder colonial que os encarcerava.

¹ Não é isso que transparece nas palavras de Jaime Schofield nem na história contada mais à frente pelo guineense Augusto da Graça. Depois de lembrar que os maus tratos físicos e psicológicos faziam parte de um plano premeditado para quebrar a força anímica dos detidos, recorda que todos os anos eram chamados os presos para ver se estavam arrependidos. Segundo ele, a tónica do que diziam era sempre a mesma: ‘Não fizemos nada. Reclamar os nossos direitos não é crime’. O que se tratava, portanto, não era de evocar ‘inocência’ *tout court*, mas de recusar um alinhamento jurídico e político que transformava em delito o que era considerado uma justa aspiração.

A reflexão em torno da ideia de vítima remete para os debates sobre a violência e para o modo como ela recorrentemente surge no papel de barômetro definidor de um dado regime ou contexto político. Assim, e com referência ao caso português, são frequentes as menções quantificadoras – sobre o número de assassinados pelas forças policiais, por exemplo – que visam mostrar como a ‘ditadura’ teria sido, na verdade, uma ‘ditabranda’. No mesmo sentido laboram as visões recorrentes de um colonialismo português tolerante, de coloração lusotropicalista e menor apetência racista. A justeza dessa caracterização é desde logo posta em causa pela longa submissão e exploração das populações locais, bem como pelo grau de violência aplicado nos massacres que atingiram a população negra antes e depois da guerra – Batepá (São Tomé, 1953), Pidjiguiti (Guiné, 1959), Mueda (Moçambique, 1960), Baixa de Cassange (Angola, 1961), Wiriamu (Moçambique, 1972). Por outro lado, há que notar como a questão da violência surge, não como anomalia, mas como mecanismo colocado no próprio âmago do colonialismo. Voltando aos documentários de Diana Andringa, há um deles – *Dundo. Memória Colonial* (2009) – onde duas imagens quase inócuas nos dão conta dessa violência estrutural. Numa delas, vemos a análise diferenciada de sangue de negros e de sangue de brancos num laboratório estatal; numa outra, um coro de jovens negros angolanos procura cantar afinadamente um estranho *Josezito, já te tenho dito*.² A violência, aqui, não é a violência que produz guerra e morte, mas é a violência de quem se entende como portador de uma superior civilização, língua, cultura, religião, modo de vida, sangue ou cor da pele.

Como referi, a temática da violência – e da sua ‘quantificação’ – tem sido usada na caracterização e diferenciação das ditaduras. É evidente que, se comparado com ditaduras de tipo fascista surgidas na mesma altura, o Estado Novo não apresenta o ‘culto da violência’ que algumas delas apresentavam. Por outro lado, o regime também não aplicou uma repressão extrema e de massas – se nos confinarmos, claro, ao atual território nacional e à resistência política mais ou menos organizada. No entanto, e como Fernando Rosas explica no prefácio de *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política* (2007), a invenção de um ‘violenciómetro’ não nos resolveria a tarefa de categorização das ditaduras. Isto porque nas ditaduras de tipo fascista, como as que emergiram entre a I e a II Guerra Mundial, enquanto forma de superação e negação do

² Canção infantil popular portuguesa (nota dos organizadores).

Estado liberal, a violência é ‘potencialmente irrestrita’ e o seu grau e extensão varia de acordo

com as distintas características que esses regimes assumiram em cada formação social concreta e de acordo com as circunstâncias históricas e o caldo de cultura específico que condicionaram a sua evolução (Rosas, 2007: 24).

Ancorada na censura, na limitação das liberdades e na criminalização do político, a ditadura não deixou de atender ao que Diego Palacios Cerezales denominou ‘dilema da ordem pública’ (2011: 16), ou seja, o balanceamento circunstancial entre reprimir e não reprimir tendo em vista os custos que daí adviriam. Já Hermínio Martins, num texto escrito em 1998, mencionara o ‘coeficiente óptimo de terror’ que o Estado Novo soubera aplicar, e que consistia em dosear a violência de modo a que se propagasse um efeito dissuasor (Martins, 1998). De um outro modo, também Fernando Rosas, no prefácio já referido (2007: 26-30), apontou a cuidadosa gestão feita pelo regime entre ‘violência punitiva’ e ‘violência preventiva’, notando como ambas se calibravam de acordo com as circunstâncias e as possibilidades. A primeira seria a forma mais constante e menos evidente de violência política, e sustentava-se na intimidação, na dissuasão e no medo. Neste campo jogaram um papel essencial a Igreja Católica – sobretudo até à década de cinquenta –, o aparelho censório e os organismos estatais de inculcação ideológica. Aqui se traçava um ‘primeiro círculo de segurança que toda a gente que não quisesse correr sérios riscos ou arranjar problemas graves, interiorizava não poder pisar’ (ibidem: 27). O segundo domínio da violência – o da repressão direta – agia sobre um número mais escasso de indivíduos e servia-se de uma rede própria: a PIDE/DGS,³ a PSP,⁴ a GNR,⁵ a LP,⁶ os tribunais especiais, as prisões e os campos de concentração, bem como por uma legislação penal que permitia uma série de arbitrariedades.

³ PIDE/DGS – a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), posteriormente Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), seria transformada, em 1969, na Direção Geral de Segurança, mantendo, contudo, o papel de polícia política no Portugal colonial-fascista. Foi extinta após o 25 de Abril de 1974 (nota dos organizadores).

⁴ PSP – Polícia de Segurança Pública em Portugal (nota dos organizadores).

⁵ GNR – Guarda Nacional Republicana, estrutura policial portuguesa que está submetida aos regulamentos e organização militares (nota dos organizadores).

⁶ LP – Legião Portuguesa, organização nacional, integrando uma milícia, que funcionou durante o período do Estado Novo, tendo sido extinta com o 25 de Abril (nota dos organizadores).

Na verdade, é o esquecimento ou a desconsideração deste quadro que permite manter ainda hoje uma leitura da violência na ditadura portuguesa que a associa à ideia de ‘excesso’. A violência, quando teria irrompido, seria o resultado de uma anomalia, de um desregramento, de um abuso mais ou menos circunstancial. Esta ideia é particularmente notória na visão de um certo senso comum que associa a perfídia do colonialismo à maldade racista de alguns colonos – e não a uma segregação e opressão estruturalmente fundada – ou que entende a relação entre o aparelho repressivo do regime e as oposições à luz da frase de Salazar acerca do caráter profilático de uns ‘safanões a tempo’.

Se analisarmos com alguma atenção o *modus operandi* da PIDE/DGS, notamos como esta leitura se revela insuficientemente adequada à realidade. A administração das torturas, por exemplo, não resultava de um desvario momentâneo ou do excessivo rigor punitivo de um ou outro inspetor mais severo. As torturas eram pensadas, aprendidas e medicamente acompanhadas. Assumiam uma inquestionável centralidade, ainda que não fossem estáticas ou universais: evoluíram com os anos, distinguiam a classe ou o estatuto social do preso, e tiveram diferente intensidade em Portugal e nas colónias. Trabalhos académicos como os de Irene Pimentel (2007a) ou Dalila Cabrita Mateus (1999) – e, de outra forma, filmes como 48 (2009), de Susana de Sousa Dias – permitem perceber como a tortura se modelou com o tempo, mas também diante da escolha política, da classe ou da raça.

Se a tortura não deixou de ser um pilar importante na durabilidade do regime, a sua relação intrínseca com as dinâmicas de perseguição política não é apenas negada pelos executores efetivos e morais. A própria consulta aos arquivos da PIDE/DGS, na Torre do Tombo, é uma viagem perturbadora a essa omissão.⁷ Das largas dezenas de autos de declarações consultados no âmbito de um trabalho académico sobre o maoísmo português entre 1964 e 1974 (Cardina, 2011), não detetei uma única referência à tortura. Nos processos-crime, a denúncia de sevícias policiais aparece por vezes, e muito brevemente, no relatório que fazia a súmula do julgamento, no espaço das intervenções dos réus. E também surge em alguns documentos coetâneos que descrevem torturas, emanados pelas organizações perseguidas ou por estruturas como a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, bem como em algumas memórias publicadas e alguns (não muitos) trabalhos sobre o assunto.

⁷ Irene Pimentel (2007a: 13-16), no seu estudo sobre a PIDE/DGS, evidencia também essa perturbadora rasura, ainda que manifeste reservas quanto ao uso da história oral.

Este quadro de escassez de referências mostra como o testemunho de quem sofreu a experiência da tortura e do cárcere é sem dúvida uma fonte importante no trabalho de desocultação dessas persistentes manchas de silêncio.

Contudo, esse desígnio – que tem simultaneamente um valor metodológico e ético – enfrenta algumas dificuldades. No âmbito do trabalho mencionado, tive igualmente oportunidade de recolher perto de uma centena de entrevistas e depoimentos. Nos casos em que estes antigos ativistas haviam sofrido experiências de tortura, poucos se dispuseram a falar dessa questão, contornando-a explícita ou implicitamente. Aqueles que sobre ela falaram, fizeram-no muitas vezes de maneira indireta ou rígida – com expressões como ‘já tinha lido sobre o assunto, mas estar lá é diferente’ ou informando, sem mais, dos tipos de tortura a que foram submetidos e do número de dias que a sofreram. Houve mesmo quem tenha colocado o tabu sobre o tema como contrapartida para a conversa, estipulando um espaço de resguardo íntimo que se tratava de manter inviolável. Efetivamente, e tal como Michael Pollak enunciou nos seus estudos com mulheres que estiveram em campos de concentração nazis, o silêncio pode não ter origem no esquecimento, mas sim na lembrança de um episódio traumático que se decide não exprimir por palavras, e que participa naquilo a que Pollak (1993) chama ‘gestão do indizível’.

Na verdade, para se perceber o modo como em Portugal se tem lidado com a memória da ditadura e da repressão, é conveniente lançar o olhar para o período imediatamente a seguir ao 25 de Abril de 1974. Com efeito, a memória dos oprimidos e dos resistentes à ditadura emergiu como um dos signos legitimadores do conflitual processo de mudança política em curso logo após a sublevação.⁸ Como sabemos, o golpe fora militar mas rapidamente foi substituído por uma dinâmica revolucionária – processo que demonstra a fragilidade de um regime desgastado pela guerra mas também a capacidade em anos anteriores das diferentes oposições, pelo menos em determinadas áreas marcantes, conquistarem a hegemonia política e intelectual. Assim, se a lei 1/74 depõe o anterior poder político e se de seguida são publicados decretos-lei que extinguem a Acção Nacional Popular,⁹ a Legião Portuguesa,

⁸ Não existem muitos estudos que nos permitam conhecer a forma como o novo poder democrático lidou com o passado ditatorial. Destaque-se Costa Pinto, 2004; Raimundo, 2007 e, Rosas *et al.*, 2009: 21-270.

⁹ Organização política portuguesa do período do Estado Novo, inicialmente como União Nacional e, posteriormente, após reorganização desta, como ANP (nota dos organizadores).

a Mocidade Portuguesa¹⁰ e a DGS, acontece também que a ação popular mais ou menos espontânea antecipou ou deu outra forma a algumas destas medidas. Foi isso que emblematicamente aconteceu com o assalto à sede da PIDE/DGS, que acelerou o desmantelamento da estrutura, mas também abriu caminho à preparação de processos para futuros julgamentos de funcionários e colaboradores da PIDE. Esta foi, como se sabe, uma história sinuosa, só tarde (julho de 1975) se produzindo legislação específica para o efeito e cedo (na sequência do 25 de novembro) a iniciar-se o recuo deste processo de responsabilização judicial.¹¹

A partir de meados da década de oitenta, e nomeadamente com a emergência do cavaquismo, viria a afirmar-se uma leitura política conservadora relativamente ao 25 de Abril e também à memória do antifascismo. Essa leitura matiza a valorização genérica do 25 de Abril com a observação do período aberto com a revolução como uma espécie de ‘desvario’ corrigido pelo golpe de 25 de novembro, tendência que foi alvo de minucioso estudo de Luciana Soutelo (2009). Nessa revisão paulatinamente tornada dominante, a democracia política é colocada em contraposição à revolução, construindo uma leitura sobre o passado que entende a democracia como constituída *apesar* da revolução, e não como resultado desta, e que considera 1974/75 como um parêntesis perturbador de uma ‘transição’ que, segundo algumas interpretações, o próprio marcelismo se encontrava já, no essencial, habilitado a fazer.

Se a concessão de pensões a ex-PIDES e a sua presença em debates públicos televisivos motivou ampla discussão na década de noventa, um outro debate – sobre a forma como o Estado democrático deve lidar com a memória da ditadura – eclodiu em 1996, no contexto da proposta que visava a devolução aos titulares de cartas, fotografias e outra documentação do género apreendida pela PIDE/DGS.¹² No projeto-lei defendia-se a reserva

¹⁰ Organização juvenil do Estado Novo (nota dos organizadores).

¹¹ A instituição tinha 2126 funcionários e cerca de 20 000 informadores. Segundo Irene Pimentel, dos 6215 processos de elementos da PIDE/DGS instruídos, 1089 foram levados a cabo, correspondendo portanto a cerca de 30%. A grande maioria teve penas que não excederam o meio ano de prisão (Pimentel, 2007b).

¹² Os arquivos da PIDE/DGS começaram por estar à guarda da Comissão de Extinção da PIDE/DGS, que passou a depender do Conselho da Revolução em dezembro de 1975. O Conselho da Revolução extinguiu-se em 1982 e, dois anos depois, os arquivos passaram para tutela parlamentar. Em 1990 foram transferidos para o Arquivo Nacional na Torre do Tombo.

da intimidade da vida privada, violada pela polícia política, e que o Estado democrático de certo modo estava a prolongar ao manter-se na posse desses documentos. O problema da conservação do direito à memória, segundo esta posição, ficaria salvaguardado caso os arquivos mantivessem a posse de cópias dos documentos levados pelos 'titulares'. Para os defensores da manutenção do arquivo, estava a destruir-se o valor histórico e arquivístico do acervo sem que daí relevasse benefício significativo para os titulares, que poderiam pelo contrário aceder e fotocopiar os processos e manter os originais à guarda da Torre do Tombo. Para os adeptos desta posição, era nas regras de consulta que se deveria defender a intimidade, estabelecendo restrições que limitassem a consulta consoante se tratasse do próprio ou de um investigador (Costa, 2000). Foi esta última posição que acabou por prevalecer e hoje são cada vez mais os trabalhos de história contemporânea fortemente ancorados nos arquivos da PIDE/DGS. Dados recolhidos em 2008 referem 21 mil pedidos de consulta de processos da parte de titulares, familiares e investigadores.

Se a memória da ditadura e da resistência é estruturante das narrativas democráticas pós-25 de Abril, a verdade é que foram poucos os movimentos sociais especificamente constituídos para a recuperação e dinamização dessa memória. Após a extinção de estruturas como a AEPPA (Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas) e o Tribunal Cívico Humberto Delgado, só a URAP (União dos Resistentes Antifascistas Portugueses) permaneceu durante décadas como estrutura dedicada a esse desígnio concreto. Em 2005, já numa nova conjuntura, viria a ser criado o Movimento Não Apaguem a Memória, constituído na sequência de um protesto contra a transformação em condomínio fechado do edifício na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa, onde funcionava a sede da PIDE/DGS.

A partir de 2007 o movimento ganhou forma jurídica, transformando-se em associação e granjeando alguma capacidade de influência pública. Um exemplo disso foi a participação no desencadeamento de um processo que em 2008 fez aprovar por unanimidade, na Assembleia da República, uma resolução parlamentar que recomenda ao governo que 'crie condições efectivas, incluindo financeiras', que tornem possível uma série de medidas (cito) destinadas a divulgar 'às futuras gerações (d)os combates pela liberdade na resistência à ditadura e pela democracia'. Entre elas, consta a constituição de roteiros, a promoção nas escolas dos valores da democracia e da liberdade, o 'apoio a programas de investigação dedicados ao Estado Novo'

e a prometida criação de um grande museu nacional da resistência na antiga cadeia do Aljube.¹³

A inexistência de um museu significativo dedicado à resistência e à repressão no Estado Novo surge entre nós como uma lacuna ruidosa, a descompasso do que vai acontecendo na generalidade dos países que lidaram com mudanças políticas e legados ditatoriais (Costa Pinto, 2004). Importa notar que a Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo – criada em 1977 e que tinha acesso aos arquivos das instituições de repressão para denunciar atos ilícitos da ditadura – foi dissolvida em 1991 declarando uma vontade não concretizada de impulsionar a criação de um museu da resistência. Na década de 1990, a Câmara Municipal de Lisboa viria a construir a Biblioteca-Museu República e Resistência, que possui na verdade as funções de biblioteca e de arquivo sobre a I República e o Estado Novo, algo que também acontece com o Centro de Documentação 25 de Abril (da Universidade de Coimbra) e com o arquivo da Fundação Mário Soares. Existe ainda um pequeno espaço museológico no Forte de Peniche, com evidentes limitações estéticas e documentais. Assim sendo, o projetado museu no Aljube poderá vir a preencher um espaço há muito reivindicado e a servir de esteio a atividades pedagógicas e de investigação no âmbito da história contemporânea.

O desconhecimento da repressão no Estado Novo e da luta pela democracia foi apresentado, aliás, como um dos motivos que explicaria a vitória de Salazar – símbolo do Estado Novo – no concurso *Grandes Portugueses*, exibido no principal canal da RTP, entre 2006 e 2007. No que concerne à figura do ditador é interessante notar como a sua evocação, mais do que o resultado de uma difundida visão positiva do seu legado, aparece sobretudo como símbolo mais ou menos neutro de uma época para a qual se olha amiúde com um olhar nostálgico. É isso que ajuda a explicar os vários livros que ostentam o seu nome no título, desde romances a relatos sobre a sua vida íntima, passando

¹³ Explicita-se ainda a constituição de roteiros da liberdade e da resistência; o apoio a programas de investigação dedicados ao Estado Novo; no campo do ensino, a promoção dos valores da democracia e da liberdade através de um melhor conhecimento da nossa história contemporânea; o desenvolvimento de políticas de cooperação que tratem da preservação de património de luta comum pela liberdade, como no caso do campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde; a edificação de um memorial em Lisboa e a valorização do Museu da Resistência instalado na Fortaleza de Peniche. Resolução da Assembleia da República n.º 24/2008.

por biografias ou livros sobre o século XX português, e que em alguns casos apenas lhe parecem fazer referência por uma questão de marketing editorial.¹⁴

De facto, o interesse pela figura e pelo nome de Salazar contrasta com algum desinteresse sobre a dimensão repressiva e ditatorial do Estado Novo e a realidade da guerra colonial em África. Esse ‘acontecimento traumático por excelência’, como lhe chamou Luís Quintais (2000: 87), tem recebido em Portugal, curiosamente, menos atenção do campo historiográfico do que do campo literário, onde têm aparecido várias obras dedicadas às memórias africanas e às vicissitudes da guerra, com abordagens que vão desde a crítica à nostalgia do colonialismo.¹⁵

Esta amnésia pública foi muito evidente em 2009, num outro concurso, neste caso na eleição das ‘sete maravilhas de origem portuguesa no mundo’. Aqui se traçava um retrato de alguns dos edifícios em jogo – como as fortalezas de São Jorge da Mina, da Ilha de Moçambique ou da Cidade Velha da Ilha de Santiago, em Cabo Verde – que omitia totalmente o facto de terem estado diretamente relacionados com o tráfico de escravos. O fenómeno motivou um abaixo-assinado de protesto por parte de alguns historiadores, ao qual a organização respondeu tratar-se de um mero concurso, explicando que no fundo os subscritores visavam apenas denegrir o passado português. Um passado que se apresentava ali extirpado de inconveniências e publicamente moldado como se de um inócuo cartaz turístico se tratasse.¹⁶

Terminaria recorrendo a uma distinção esboçada por Enzo Traverso, autor que abre esta reflexão num outro livro, intitulado *O Passado, Modos de Usar* (2012). A dado passo da obra, Traverso distingue entre ‘memórias fortes’ e ‘memórias fracas’ (71-87). As primeiras seriam as memórias comemoradas, publicitadas e frequentemente acolhidas pelo Estado; as segundas seriam as memórias minoritárias, subterrâneas e geralmente arredadas do espaço público.

¹⁴ Este aspeto fora já realçado por Nuno Domingos e Victor Pereira (2010: 7-8).

¹⁵ Veja-se Peralta (2011: 11). Sobre a imagem de África e do Império na literatura portuguesa, veja-se Ribeiro (2004). Sobre a ‘memória poética’ da guerra, veja-se Ribeiro e Vecchi (2011).

¹⁶ Sobre o assunto, veja-se Domingos (2009: 24). É de notar que parte dos trabalhos historiográficos de qualidade sobre a Guerra Colonial têm sido feitos no exterior da academia. É o caso de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes (2010); por outro lado, saliente-se o impacto mediático da notável série *A Guerra*, de Joaquim Furtado, exibida em horário nobre pela RTP1 entre 2007 e 2009.

Em jeito de hipótese conclusiva, arriscaria afirmar que as memórias – diretas e indiretas – que colocam a violência como aspeto central, quer do colonialismo, quer da ditadura, se têm vindo a transformar em ‘memórias fracas’ (ou, em certa medida, nunca deixaram de ser ‘memórias fracas’). Com efeito, e não obstante a investigação que se tem produzido sobre o assunto, permanece socialmente ativa uma compreensão do Estado Novo que relativiza ou até mesmo omite a violência e os seus mecanismos. Temos assim uma ‘memória forte’ que lê a violência como resultado de um ‘excesso’ ou de um processo apenas significativo nas colónias e reduzível ao contexto de guerra. Uma memória do passado ditatorial que frequentemente o identifica com um chefe paternal, de laivos autoritários mas vontade desinteressada em servir a nação. Uma memória desmemoriada, feita de lacunas, silêncios e lugares-comuns, e que reclama por isso dos historiadores, e não só, uma maior participação nos debates sobre o passado que irrompem no espaço público. Debates esses que são sempre, por vezes mais do que pensamos, debates sobre o nosso presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adam, Yussuf (1993), 'Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento', *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, 14: 9-101.
- Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos Matos (2010), *Os Anos da Guerra Colonial: 1961-1975*. Matosinhos: Quidnovi.
- Alexander, Jocelyn; McGregor, JoAnn; Ranger, Terence (2000), *Violence and Memory. One hundred years in the 'dark forests' of Matabeleland*. Oxford: James Currey.
- Alexandre, Valentim (2000), *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento.
- Anderson, Perry (1962), 'Portugal and the End of Ultra-Colonialism', *New Left Review*, 1 (16): 88-123.
- Andrade, Mário Pinto (1998), *Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa, 1911-1961*. Lisboa: D. Quixote.
- Antunes, José Freire (1985), *Cartas Particulares a Marcello Caetano*. 2º volume. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Antze, Paul; Lambek, Michael (1996), 'Preface', in Paul Antze e Michael Lambek (orgs.), *Tense Past: Cultural essays in trauma and memory*. Nova Iorque: Routledge, i-ix.
- Baganha, Maria Ioannis; Góis, Pedro (1998), 'Migrações Internacionais de e para Portugal: O que sabemos e para onde vamos?', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53: 229-277.
- Balandier, Georges (1951), 'La Situation Coloniale: Approche théorique', *Cahiers internationaux de Sociologie*, 11: 44-79.
- Bender, Gerald J. (1978), *Angola Under the Portuguese: The myth and the reality*. Berkeley: University of California Press.
- Birmingham, David (1998a), *Kwame Nkrumah: The father of African nationalism*. Ohio: Ohio University Press. (Artigo Matos Gomes)
- Birmingham, David (1998b), *História de Portugal. Uma perspectiva mundial*. Lisboa: Terramar. (Artigo retornados)
- Bragança, Aquino; Wallerstein, Immanuel (1978), *Quem é o Inimigo (I, II e III)?*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Bragança, Aquino de (1986), 'Independência sem Descolonização: A transferência do poder em Moçambique, 1974-1975', *Estudos Moçambicanos*, 5/6: 7-28.

- Cabral, Amílcar (1973), 'National Liberation and Culture', in *Return to the Source: Selected speeches of Amílcar Cabral edited by Africa Information Service*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 39-56.
- Cabral, Amílcar; Olivier, Marc (1975), *The War in Angola: A socio-economic study*. Dar Es Salam. Disponível em http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=BIBLIOTECA_DIGITAL&nome_da_pasta=019050&numero_da_pagina=133. Consultado a 13 de Julho de 2012.
- Caetano, Marcello (1969a), *Somos Todos Portugueses Iguais à Face da Pátria e Iguais à Face da Lei (discursos pronunciados durante a viagem à Guiné, Angola e Moçambique, em Abril de 1969)*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Caetano, Marcello (1969b), *Portugal Não Pode Ceder (discurso pronunciado no Palácio das Necessidades em 6 de Outubro de 1969)*. Lisboa: SEIT.
- Caetano, Marcello (1970), *Revisão Constitucional (Discurso proferido perante a Assembleia Nacional, a 2 de Dezembro)*. Lisboa: SEIT.
- Caetano, Marcello (1976), *O 25 de Abril e o Ultramar: Três entrevistas e alguns documentos*. Lisboa: Verbo.
- Cann, John P. (1998), *Contra-Insurreição em África, 1961-1974. O modo português de fazer a guerra*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena.
- Cann, John P. (2001), 'Um Notável Feito de Armas', in Teixeira, Rui de Azevedo (org.), *A Guerra Colonial: Realidade e ficção. Livro de Atas do Iº Congresso Internacional*. Lisboa: Editorial Notícias, 129-140.
- Cardina, Miguel (2011), *Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal (1964-1974)*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Castelo, Cláudia (2004), 'A migração de Metropolitanos para Angola e Moçambique (1945-1974)', Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, *A questão social no novo milénio*. Coimbra, 16-18 de Setembro de 2004.
- Castelo, Cláudia (2007), *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole*. Porto: Afrontamento.
- Castilho, Rui de (2002), *O Capitão do Fim*. Lisboa: Prefácio.
- Castro, José Victor de Brito Nogueira e (2004), *Era Tempo de Morrer em África. Angola, guerra e descolonização. 1961-1975*. Lisboa: Prefácio.
- Caveiro, Camilo Sarmiento (1998), *Moçambique Meu Amor. 1498-1975. O trágico e o grotesco. Um testemunho contra a mentira da 'exemplar descolonização'*. E-Book. Disponível em www.macua.org/livros/caveira.html. Consultado a 10 de Junho de 2011.
- Cerezales, Diego Palacios (2011), *Portugal à Coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Césaire, Aimé (1978 [1955]), *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa.
- Chilcote, Ronald H. (1972), *Emerging Nationalism in Portuguese Africa: Documents*. Stanford: Hoover Institution Press.
- Coccia, Giancarlo (2011), *A Cauda do Escorpião – O adeus a Moçambique*. Lisboa: Vertente.
- Cock, Jacklyn; Nathan, Laurie (orgs.) (1989), *War and Society: The militarization of South Africa*. Cidade do Cabo: New Africa Books.

- Coelho, João Paulo Borges (1983), *Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A history of state resettlement policies, development and war*. University of Bradford, Ph.D. Thesis.
- Coelho, João Paulo Borges (1989), *Início da Luta Armada em Tete, 1968-1969. A primeira fase da guerra e a reação colonial*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Coelho, João Paulo Borges (2002), 'African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique', *Portuguese Studies Review*, 10 (1): 129-150.
- Coelho, João Paulo Borges (2003), 'Da Violência Colonial Ordenada à Ordem Pós-Colonial Violenta: Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas', *Lusotopie* 2003: 175-193.
- Coelho, João Paulo Borges (2009), *A 'Literatura Quantitativa' e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)*. Trabalho apresentado à Conferência Internacional Pobreza e Paz nos PALOP. Lisboa: Centro de Estudos Africanos ISCTE-IUL, Novembro de 2009.
- Coelho, João Paulo Borges (2010), 'Memory, History, Fiction. A note on the politics of the past in Mozambique'. Trabalho apresentado às *Journées d'étude 'Il était une fois les indépendances africaines... La fin des empires?'* Paris: EHESS Outubro de 2010.
- Correia, Paulo (2007), *Political Relations Between Portugal and South Africa from the End of the Second World War until 1974*. Johannesburg: University of Johannesburg, Tese de Doutoramento.
- Correia, Paulo; Verhoef, Grietje (2009), 'Portugal and South Africa: Close allies or unwilling partners in Southern Africa during the cold war?', *Scientia Militaria – South African Journal of Military Studies*, 37 (1): 50-72.
- Costa, Artur (2000), 'O Julgamento da PIDE/DGS e o Direito (Transitório) à Memória', in Iva Delgado, Manuel Loff, António Cluny, Carlos Pacheco e Ricardo Monteiro (orgs.), *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória*. Lisboa: Edições Cosmos e Fundação Humberto Delgado, 39-53.
- Couto, Fernando Amado (2011), *Moçambique, 1974. O fim do império e o nascimento da nação*. Lisboa: Caminho.
- Cruz, Pompílio da (1976), *Angola. Os vivos e os mortos*. Lisboa: Editorial Intervenção.
- Davies, Robert (1989), 'The SADF's Covert War Against Mozambique', in Jacklyn Cock e Laurie Nathan (orgs.), *War and Society. The militarization of South Africa*. Cidade do Cabo: David Philip, 103-115.
- Domingos, Nuno (2009), 'Memória Nacional e Cultura Mediática', *Le Monde Diplomatique*, n.º 35, Setembro de 2009.
- Domingos, Nuno; Pereira, Victor (orgs.) (2010), *O Estado Novo em Questão*. Lisboa: Edições 70.
- Dugos, Carlos (1975), *Descolonização: O malogro de dois planos*. Lisboa: Edições Acrópole.
- Duffy, James (1967), *A Question of Slavery: Labour policies in Portuguese Africa and the British protest, 1850-1920*. Oxford: Oxford University Press.
- El-Khawas, Mohammed A.; Cohen, Barry (orgs.) (1976), *National Security Study Memorandum 39: The Kissinger study of Southern Africa*. Westport: Lawrence Hill.
- Ellert, Henrik (1993), *The Rhodesian Front War: Counter-insurgency and guerrilla war in Rhodesia. 1962-1980*. Gweru: Mambo Press.

- Estado-Maior do Exército (1989a), 'Dispositivo das Nossas Forças – Angola', in *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 2º volume. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército (1989b), 'Dispositivo das Nossas Forças – Guiné', in *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 3º volume. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército (1989c), 'Dispositivo das Nossas Forças – Moçambique', in *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 4º volume. Lisboa: EME.
- Evans, Michael (1985), 'The Front-Line States, South Africa and Southern African Security: Military prospects and perspectives', *Zambezia*, 12: 1-19.
- Ferreira, José Medeiros (1993), 'A Descolonização: Seu processo e conseqüências' in José Mattoso (org.), *História de Portugal. Portugal em transe*. Vol. VIII. Lisboa: Círculo de Leitores, 53-103.
- Ferreira, Vicente (1944), *Colonização Étnica da África Portuguesa*. Estudo apresentado ao IIº Congresso da União Nacional, Lisboa.
- Filho, Sílvio de Almeida Carvalho (s/d), *As Relações Étnicas em Angola: As minorias branca e mestiça (1961-1992)*. Fórum de quadros angolanos e angolanistas. Disponível em http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/r_etnicas.htm. Consultado a 9 de Julho de 2012.
- Flower, Ken (1987), *Serving secretly: An intelligence chief on record*. Alberton: Galago.
- Fanon, Frantz (1961), *Les Damnés de la Terre*. Paris: François Maspero.
- Gaspar, José Martinho (2001), *Os Discursos e o Discurso de Salazar*. Lisboa: Prefácio.
- Geldenhuis, Deon (1981), *The Constellation of Southern African States and the Southern African Development Coordination Council: Towards a new regional stalemate?* Braamfontein: The South African Institute of International Affairs.
- Gleijeses, Piero (2002), *Conflicting Missions. Havana, Washington, and Africa: 1959-1976*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Gominho, Adriano (2006), *Descolonização Exemplar ou Gaivotas que Voam*. E-Book. Disponível em www.retornadosdeafrika.blogspot. Consultado a 10 de Junho de 2011.
- Gonçalves, Custódio (2003), *Tradição e Modernidade na (re)Construção de Angola*. Porto: Afrontamento.
- Goulão, José (1986), *O Labirinto da Conspiração*. Lisboa: Caminho.
- Guardiola, Nicole (2009), 'A Aliança Secreta do Apartheid, Rodésia e Portugal', *África 21*, edição de junho: 17-25.
- Guerra, João Paulo (1988), *Os 'Flechas' Atacam de Novo*. Lisboa: Caminho.
- Hartog, François (2003), *Régimes d'Historicité. Presentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil.
- Hacking, Ian (1996), 'Memory Sciences, Memory Politics', in Paul Antze; Michael Lambek (orgs.), *Tense past: cultural essays in trauma and memory*. Nova Iorque: Routledge.
- Heimer, Franz Wilhem (1980), *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: Edições A Regra do Jogo.
- Hobsbawm, Eric J. (1995), *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed.
- Instituto Nacional de Estatística (2001), *Estatísticas Históricas Portuguesas*. Lisboa: INE.
- Isaacman, Allen; Isaacman, Barbara (1983), *Mozambique: From colonialism to revolution, 1900-1982*. Boulder: Westview Press.
- Jardim, Jorge (1976), *Moçambique: Terra Queimada*. Lisboa: Editorial Intervenção.
- Jelin, Elizabeth (1994), 'The Politics of Memory: The human rights movement and the construction of democracy in Argentina', *Latin American Perspectives*, 21 (2): 38-58.

- Jesus, José Duarte (2012), *A Guerra Secreta de Salazar em África*. Lisboa, D. Quixote.
- Judt, Tony (2002), 'The Past is Another Country: Myth and memory in post-war Europe', in Jan-Werner Müller (org.), *Memory and Power in Post-War Europe. Studies in the presence of the past*. Cambridge: Cambridge University Press, 157-183.
- Judt, Tony (2010), 'De Quem é Esta História? Retrospectiva da guerra fria', in *O Século XX Esquecido: Lugares e memórias*. Lisboa: Edições 70, 374-388.
- Leite, Joana Pereira (2001), 'Indo-Britanniques et Indo-Portugais: Présence marchande au Sud de Mozambique au moment de l'implantation du système colonial, de la fin du XIXème siècle jusqu'aux années 1930'. *Outre-Mers, Revue d'Histoire*, 1er semestre, 13-37.
- Leys, Colin; Saul, John S. (orgs.) (1995), *Namibia's Liberation Struggle. The two-edged sword*. Londres: James Currey.
- Lubkemann, Stephen C. (2003), 'Race, Class, and Kin in the Negotiation of 'Internal Strangerhood' among Portuguese Retornados, 1975-2000', in Andrea L. Smith (org.), *Europe's Invisible Migrants*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 75-93.
- Mabeko-Tali, Jean-Michel (2001), *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962 - 1977)*. 2º volume. Luanda: Editorial Nzila.
- Machado, José (1899), *Fornecimento d'Armas aos Matabelles, Zambesia Britanica e o territorio dos Swasis*. Lisboa, Typographia do Commercio de Portugal.
- Machel, Samora (1977), *A Vitória Constrói-se, A Vitória Organiza-se*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO.
- MacQueen, Norrie (1997), *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan revolution and the dissolution of empire*. Londres: Longman.
- Maharaj, Mac (1990), 'Determinantes Internas da Política Externa de Pretória', *Estudos Moçambicanos*, 7: 95-118.
- Marques, Silvino Silvério (2010), *Qual de Nós Terá Razão?* Lisboa: Prefácio.
- Martins, Hermínio (1998), *Classe, Status e Poder*. Lisboa: ICS.
- Mateus, Dalila Cabrita (1999), *A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito.
- Maxwell, Kenneth (1985), 'As Colónias Portuguesas e a sua Descolonização', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, números 15/16/17: 529-547.
- M'Bokolo, Elikia (2007). *África Negra. História e Civilizações - Do século XIX aos nossos dias* (vol. 2). Lisboa: Edições Colibri.
- Mcmillan, Harold (1972), *Pointing the Way, 1959-1961*. Londres: Macmillan, 473-482.
- Meneses, Maria Paula (2010), 'O «Índigena» Africano e o «Colono» Europeu: a construção da diferença por processos legais', *e-Cadernos do CES*, 7: 68-93.
- Meneses, Maria Paula (2011), 'Images Outside the Mirror? Mozambique and Portugal in world history', *Human Architecture*, 9: 121-137.
- Mesquitela, Clotilde (1977), *Moçambique: 7 de Setembro. Memórias da Revolução*. Lisboa: Edições A Rua.
- Middlemas, Keith (1975), *Cabora Bassa: Engineering and politics in Southern Africa*. Londres: Weidenfeld and Nicolson.
- Minter, William (1988), *King Solomon's Mines Revisited: Western interests and the burdened history of Southern Africa*. Nova Iorque: Basic Books.

- Minter, William; Schmidt, Elizabeth (1988), 'When Sanctions Worked: The case of Rhodesia reexamined', *African Affairs*, 87 (347): 207-237.
- Minter, William (1998a), *Os Contras do Apartheid: As raízes da guerra em Angola e Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Minter, William (1998b), *The Mozambican National Resistance (Renamo) as Described by Ex-Participants*. Washington DC: Research Report Submitted to the Ford Foundation and SIDA.
- Moiane, José P. (2009), *Memórias de um Guerrilheiro*. Maputo: King Ngungunhane Institute.
- Mondlane, Eduardo (1976 [1969]), *Lutar por Moçambique*. Maputo: Coleção 'Nosso Chão'.
- Morris, Michael Spence L. (1974), *Armed Conflict in Southern Africa: A survey of regional terrorisms from their beginnings to the present, with a comprehensive examination of the Portuguese position*. Cidade do Cabo: Jeremy Spence.
- Nelson, Harold (1983), *Zimbabwe: A country study*. Washington DC: The American University.
- Nogueira, Franco (1961), *As Nações Unidas e Portugal*. Rio de Janeiro: Olímpica Editora.
- Nogueira, Franco (1987), *O Estado Novo*. Barcelos: Livraria Civilização Editora.
- Nogueira, Franco (2000a), *Salazar. A Resistência (1958-1964)*. Volume V. Barcelos: Companhia Editora do Minho. (Artigo retornados)
- Nogueira, Franco (2000b), *Salazar, O Último Combate (1964-1970)*. Volume VI. Barcelos: Companhia Editora do Minho. (Artigo Introdução)
- Nogueira, Franco (2000c), *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*. Porto: Civilização. (Artigo retornados)
- Nussey, Wilf (1972), 'The War in Tete, A threat to all in Southern Africa', *Johannesburg Star*, July 1 edition.
- O'Brien, Kevin A. (2011), *The South African Intelligence Services: From apartheid to democracy, 1960-2005*. Nova Iorque: Routledge.
- Okoth, Assa (2006), *A History of Africa 1915-1995 (vol. 2)*. Nairobi: East African Educational Publishers.
- Oliveira, Bernardino (org.) (1978), *Aqui (Portugal) Moçambique*. Famalicão: Edição do Autor.
- Oliveira, Mário António Fernandes de et al. (org.) (1979), *A Descolonização Portuguesa: Aproximação ao seu estudo*, 2º volume. Aveiro: Instituto Democracia e Liberdade.
- Oliveira, Pedro Ayres de (2007), *Os Despojos da Aliança: A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa (1945-1975)*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Onslow, Sue (2009), 'Introduction', in Sue Onslow (org.) *Cold War in Southern Africa: White power, black liberation*. Londres: Routledge, 1-8.
- Pélissier, René (1986), *História das Campanhas de Angola. Resistências e revoltas, 1845-1941*. Volume I. Lisboa: Editorial Estampa.
- Pélissier, René (2000), *História de Moçambique. Formação e oposição, 1854-1928*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Penvenne, Jeanne Marie (1995), *African Workers and Colonial Racism: Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques*. Londres: James Currey.
- Peralta, Elsa (2011), 'Conspirações de Silêncio: Portugal e o fim do império colonial', *Le Monde Diplomatique*, n.º 52, edição de Fevereiro de 2011.

- Pimenta, Fernando Tavares (2004), 'Ideologia Nacional dos Brancos Angolanos (1900-1975)'. Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, *A Questão Social no Novo Milénio*. Coimbra, 16-18 de Setembro de 2004.
- Pimenta, Fernando Tavares (2005), *Branco de Angola. Autonomismo e nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Minerva História
- Pimentel, Irene Flunser (2007a), *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pimentel, Irene Flunser (2007b), 'A Memória Pública da Ditadura e da Repressão', *Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa de fevereiro de 2007.
- Pinto, António Costa (2004), 'Ajustando Contas com o Passado na Transição para a Democracia em Portugal', in Alexandra Barahona de Brito, Carmen González-Enríquez e Paloma Aguilar Fernández (orgs.), *Política da Memória. Verdade e justiça na transição para a democracia*. Lisboa: ICS, 87-108.
- Pires, Rui Pena; Maranhão, Maria José; Quintela, João P.; Moniz, Fernando; Pisco, Manuela, (1987), *Os Retornados: Um estudo sociográfico*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Pollak, Michael (1993), *Une Identité Blessée*. Études de sociologie et d'histoire. Paris: Éditions Métailie.
- Pratt, Marie Louise (2008), *Imperial Eyes: Travel writing and transculturation*. Nova Iorque: Routledge.
- Quintais, Luís (2000), 'Trauma e Memória: Um exercício etnográfico', *Etnográfica*, 4 (1): 61-88.
- Raimundo, Filipa Alves (2007), *The Double Face of Heroes. Transitional justice and the political police (PIDE/DGS) in Portugal's democratization (1974-1976)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, através do Instituto de Ciências Sociais. Lisboa.
- Reis, Carlos S. (1973), *A População de Lourenço Marques em 1894 (um censo inédito)*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos – Instituto Nacional de Estatística.
- Rhoadie, Eschel (1968), *The Third Africa*. Nova Iorque: Twin Circle.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos. Império, guerra colonial e pós-colonialismos*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, Margarida Calafate; Vecchi, Roberto (orgs.) (2011), *Antologia da Memória Poética da Guerra Colonial*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rita-Ferreira, António (1998), 'Moçambique post-25 de Abril: Causas do êxodo da população de origem europeia e asiática', in *Moçambique, cultura e história de um país*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 121-169.
- Rocha, Edgar (1977), 'Portugal, Anos 60: Crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias', *Análise Social*, 13 (51): 593-617.
- Rocha, Edmundo (2009), *Angola: Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950 a 1964)*. Lisboa: Dinalivro.
- Rosaldo, Renato (1989a), *Culture and Truth: The remaking of social analysis*. Londres: Routledge.
- Rosaldo, Renato (1989b), 'Imperialist Nostalgia', *Representations*, 26: 107-122.
- Rosas, Fernando (1994), 'O Estado Novo (1926 – 1974)', in José Mattoso (org.), *História de Portugal. O Estado Novo (1926 – 1974)*. 7º volume. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, Fernando (2007), 'Prefácio', in João Madeira, Irene Flunser Pimentel e Luís Farinha (orgs.), *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*. Lisboa: Esfera dos Livros, 15-30.

- Rosas, Fernando; Pimentel, Irene Flunser; Madeira, João; Farinha, Luís; Rezola, Maria Inácia. (2009), *Tribunais Políticos. Tribunais militares especiais e tribunais plenários durante a ditadura e o Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates.
- Ruas, Henrique Barrilaro (s/d), *A Revolução das Flores: O governo de Palma Carlos*. Lisboa: Editorial Aster.
- S/a (1973), *Os Massacres de Mucumbura, Chawola, Wiriyamu e Juwau: Missionários apoiam a luta do povo moçambicano*. S/l, texto policopiado.
- Saavedra, Ricardo de (1975), *Aqui Moçambique Livre!*. Johannesburg: Livraria Moderna.
- Salazar, António de Oliveira (1959), 'Discurso de 22 de Maio de 1939', in *Discursos e Notas Políticas*. Volume III. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, António de Oliveira (1967), 'A Política de África e os Seus Erros (discurso pronunciado por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, na Homenagem prestada pelos Municípios de Moçambique, em 30 de Novembro de 1967)', *Boletim Geral do Ultramar*, 43 (509-510): 3-17.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sense: Law, science and politics in the paradigmatic transition*. New York: Routledge.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), 'Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e Inter-identidade', in Maria Irene Ramalho; António Sousa Ribeiro (orgs.), *Entre Ser e Estar*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), 'Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63: 237-280.
- Santos, Boaventura de Sousa (2004) (org.), *A Fita do Tempo da Revolução: A noite que mudou Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (2006), *Identidades, Colonizadores e Colonizados: Portugal e Moçambique*. Relatório Final do Projecto POCTI/41280/SOC/2001. Coimbra: CES, Universidade de Coimbra.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), 'Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78: 3-46.
- Santos, Boaventura de Sousa (2009). 'Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes', in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 23-71.
- Santos, Boaventura de Sousa (2013), *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Coimbra: Edições Almedina.
- Sarlo, Beatriz (2007), *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Saunders, Christopher (2011), 'The South Africa-Angola Talks, 1976-1984: A little-known cold war thread', *Kronos*, 37 (1): 104-119.
- Shamuyarira, Nathan (1977), 'The Lusaka Manifesto Strategy of OAU States and its Consequences for the Freedom Struggle in Southern Africa', *Utafiti: Journal of the Faculty of Arts and Social Science*, 2 (2): 247-266.
- Shubin, Vladimir (2008), *The Hot Cold War. The USSR in Southern Africa*. Scottsville: The University of Kwazulu-Natal Press.

- Smith, Andrea L. (2003), 'Introduction: Europe's invisible migrants', in Andrea L. Smith (org.), *Europe's Invisible Migrants*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 9-32.
- Smith, Ian Douglas (1997), *The Great Betrayal. The memoirs of Ian Douglas Smith*. Londres: Blake.
- Souto, Amélia Neves (2007), *Caetano e o 'Ocaso' do Império: Administração e guerra colonial em Moçambique durante o marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento.
- Soutelo, Luciana de Castro (2009), *A Memória do 25 de Abril nos Anos do Cavaquismo: O desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dissertação de mestrado em História Contemporânea.
- Spínola, António (1974), *Portugal e o Futuro*. Lisboa: Ática.
- Stiff, Peter (1999), *The Silent War: South African Recce operations, 1969-1994*. Alberton: Galago.
- Stora, Benjamin (2008), 'Préface', in Pascal Blanchard e Isabelle Veyrat-Masson (orgs.), *Les Guerres de Mémoires, la France et son histoire*. Paris: La Découverte, 7-28.
- Telo, António José (2003), 'Campanha de Moçambique', in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (org), *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Thiam, Iba Der; Mulira, James; Wondji, Christophe (1993), 'Africa and the Socialist Countries', in Ali A. Mazrui e Christophe Wondji (orgs.), *Africa Since 1935* (vol. 8). Berkeley: Heinemann, 798-828.
- Tomás, António (2007), *O Fazedor de Utopias: Uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Traverso, Enzo (2011), *L'Histoire Comme Champ de Bataille. Interpréter les violences du XX siècle*. Paris: La Découverte.
- Traverso, Enzo (2012), *O Passado, Modos de Usar*. Lisboa: Edições UNIPOP.
- Valadão, Isabel (2012), *À Sombra do Imbondeiro. Estórias e memórias de África*. Lisboa: Bertrand.
- Valverde, Alfonso (1971), *As Chacinas de Mucumbura – Relatórios dos padres Alfonso e Martin*. S/l, texto policopiado.
- Viegas, Aida (2002), *Abandonar Angola. Um olhar à distância*. E-Book disponível em www.prof2000.pt/users/secjeste/aidaviegas/pg001090.html. Consultado a 10 de Junho de 2011.
- Villas, Gaspar do Couto Ribeiro (1929), *Os Portugueses na Colonização: Seu papel ao lado dos restantes povos no movimento colonizador – Esboço de história colonial*. Lisboa, Documento da Biblioteca da SGL.
- Welsh, Frank (2000), *A History of South Africa*. London: Harper Collins.
- Westad, Odd Arne (2007), *The Global Cold War: Third world interventions and the making of our times*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Young, Robert (2005), 'Postcolonialism: From Bandung to the tricontinental', *Historien*, 5: 11-21.

Fontes de Arquivo

- Arquivo da Defesa Nacional (ADN)
- Arquivo Histórico Diplomático/Fundo dos Negócios Estrangeiros (AHD/FNE)
- Forte de São Julião da Barra/Secretariado-Geral da Defesa Nacional (FSJB/SGDN), atualmente Arquivo da Defesa Nacional
- Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)